



LL

Nº 70027727429
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70027727429

COMARCA DE PORTO ALEGRE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
DE SANTA MARIA

PROPONENTE

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

REQUERIDO

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO/RS

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Santa Maria, tendo em vista o “Decreto Executivo nº 081”, de 29 de julho de 2008, do Município de Santa Maria, que institui o “Dia do Passe Livre”. Alega inconstitucionalidade formal, tendo em vista a criação do benefício do “dia do passe livre” por decreto executivo. Sustenta inconstitucionalidade material, enaltecendo que o art. 163, § 4º, da Constituição Estadual, veda a estipulação de benefícios tarifários sem o correspondente repasse à tarifa. Pondera que o Decreto em tela não prevê e nada dispõe quanto à fonte de custeio, para a concessão da gratuidade. Diz que o Decreto viola o art. 8º da Constituição Estadual, combinado com o art. 170, II, da Constituição Federal, pois afronta o direito de propriedade. Pede a suspensão liminar da eficácia do Decreto.

2. De início, cabe destacar que o decreto, em tela, efetivamente, não surgiu para oferecer fiel execução a eventual lei.

136v



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LL

Nº 70027727429
2008/CÍVEL

Aliás, essa espécie de decreto, justamente por depender de lei anterior, nem seria passível de controle de constitucionalidade. Isso porque o seu objetivo não é, propriamente, o de inovar no ordenamento jurídico.

Pelo que se observa, o decreto em tela é autônomo, não estando vinculado a nenhuma lei anterior. Isso porque, ao instituir, no âmbito do Município de Santa Maria, a isenção do pagamento de passagens no transporte coletivo, não faz qualquer alusão a eventual lei autorizadora.

Sabidamente, nosso sistema constitucional, apenas por exceção, permite, ao Poder Executivo, inovar a ordem jurídica.

Dessa forma, considerando que o Decreto Executivo nº 081/2008, acaba por inovar sobre a matéria, em destaque, mostra-se plausível o ajuizamento da presente ação direta de inconstitucionalidade.

Até porque, estando, em princípio, sendo usurpado o poder de legislar da Câmara de Vereadores.

Estabelecido isso, passo ao exame do pleito liminar.

Nesta fase de cognição sumária e solução provisória, estou convencido de que o Decreto Executivo nº 081, de 29 de julho de 2008, do Município de Santa Maria, o qual, como já dito, institui o "Dia do Passe Livre" (fl. 69), viola o contido nos arts. 8º, "caput", 10 e 82, V, da Constituição Estadual.

Diante disso, defiro a medida cautelar perseguida, com a suspensão liminar dos efeitos do mencionado Decreto Executivo, uma vez que se encontram presentes a relevância jurídica do pedido e o "periculum in mora" ou, mesmo, a conveniência da apontada suspensão, diante das circunstâncias.

3. Notifique-se o Prefeito Municipal, para que, no prazo de trinta (30) dias, apresente as informações que entender necessárias.



137

LL

Nº 70027727429
2008/CÍVEL


4. Cite-se, com prazo de quarenta (40) dias, a Senhora Procuradora-Geral do Estado.

5. Oportunamente, dê-se vista ao Senhor Procurador-Geral de Justiça.

6. Intime-se.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2008.

DES. LEO LIMA,
Relator.

 <p>confere original eletrônico www.tj.rs.gov.br</p>	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:</p> <p>Signatário: LEO LIMA Nº de Série do certificado: 45F86753D2DAF3E0 Data e hora da assinatura: 10/12/2008 13:02:58</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 7002772742920081825853</p>
---	---